

Segurança pública: qualidade de vida no trabalho como direito fundamental para eficiência do sistema

Public security: quality of life at work as a fundamental right for system efficiency

DOI:10.34117/bjdv7n1-138

Recebimento dos originais: 08/12/2020

Aceitação para publicação: 08/01/2021

Paulo Cesar Marcondes

Formação: bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), especialista em Direito Administrativo Disciplinar e Direito Penal e Processo Penal para atividade policial, pela Universidade Tuiuti do Paraná

Instituição: mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em

Desenvolvimento Comunitário na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Endereço: Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida Engenheiro - Gutierrez, Irati - PR, 84505-677

E-mail: pvmarcondes73@gmail.com

Erivelton Fontana de Laat

Formação: Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba

Instituição: Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Endereço: Rua Professora Maria Roza Zanon de Almeida Engenheiro - Gutierrez, Irati - PR, 84505-677

E-mail: eriveltonlaat@hotmail.com

RESUMO

A segurança pública apresenta-se como uma demanda urgente da sociedade. Eleva-se a cobrança por eficiência das instituições públicas, principalmente as forças policiais. Enquanto isso, policiais militares, linha de frente do sistema de segurança pública brasileiro, sofrem elevados índices de vitimização. Em 2018, instituiu-se o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) como uma política de Estado para buscar soluções. Um dos objetivos é a promoção de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) para o profissional. A revisão de literatura apresentada evidencia a necessidade de investigação da QVT do Policial Militar do Paraná. Conhecimento sobre o tema pode auxiliar na formação de políticas públicas e inovação legislativa para proteção do profissional, garantindo seus direitos fundamentais e, conseqüentemente, o fortalecimento da organização e a satisfação do interesse público com um serviço público de qualidade.

Palavras-chave: Segurança Pública, Qvt, Policial Militar, Direitos Fundamentais.

ABSTRACT

Public safety is presented as an urgent demand of society. The efficiency of public institutions, especially the police, is increasing. Meanwhile, military police, the front line of Brazil's public security system, suffer high rates of victimization. In 2018, the Single Public Security System was established as a state policy to seek solutions. One of the

objectives is the promotion of Quality of Life at Work (QLW) for the professional. The literature review presented shows the need for investigation of the QLW of the Military Police of Paraná. Knowledge on the subject can help in the formation of public policies and legislative innovation to protect the professional, ensuring their fundamental rights and, consequently, the strengthening of the organization and the satisfaction of public interest with a quality public service.

Keywords: Public Security, Qlw, Military Police, Fundamental Rights.

1 INTRODUÇÃO

A Segurança Pública no Brasil é um tema de indiscutível importância, de tal modo que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu art. 5º, estabelece como garantia a todos o direito à segurança e no art. 6º o cita como um dos direitos sociais. Do mesmo modo, no seu Capítulo III, a partir do art. 144, trata especificamente da Segurança Pública e define expressamente os órgãos através dos quais ela é exercida, nos seguintes termos, além de definir suas respectivas competências:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Emenda Const.104/2019)

Embora a Constituição Federal tenha tratado a segurança pública por um viés estritamente policial, o tema tem sido alvo de estudos e discussões em diversas áreas de conhecimento científico e por diversos setores da sociedade, ganhando relevância incontestável frente aos índices de violência e criminalidade com que a sociedade brasileira se depara e os desafios do setor (BARREIRA; ADORNO, 2010; CARVALHO; SILVA, 2011; NÓBREGA JÚNIOR, 2018; RATTON, 2018; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2018; MUNIZ et al., 2018).

A segurança pública, além de ser um valor supremo, é um direito fundamental (FOUREAUX, 2019), que como tal é uma cláusula pétrea da Constituição, e é reflexo do desenvolvimento do Estado.

Minayo e Adorno (2013) entendem que Segurança Pública é uma garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra todo o perigo que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de

propriedade. Ela nasce do campo jurídico e sua promoção é a essência da missão dos policiais.

A ideia de segurança tem origem nos séculos XVII e XVIII com a formação dos Estados Absolutistas que passaram a planejar o desenvolvimento e a organização das cidades visando à vigilância dos seus moradores e à oferta de condições de convivência civilizada, surgindo instituições policiais que tomam para si o monopólio do uso da força, com ideia de um serviço público para o benefício de todos. No entanto, desde seu início, formada por pessoas da população mais pobre, foram socialmente pouco valorizadas (MINAYO E ADORNO, 2013; MINAYO et al., 2008).

As atribuições dos órgãos policiais aumentaram na mesma proporção que as cidades cresceram, devido aos avanços econômicos e tecnológicos. No entanto, a segurança pública foi inserida à agenda das políticas públicas na sociedade brasileira apenas nas últimas duas décadas, um período relativamente recente se comparada às demais políticas sociais, com atuações mais decisivas do poder público (SAPORI, 2019).

A partir dos ideais de formação de um Estado Democrático de Direito, mudaram-se também as expectativas sociais a respeito da polícia para além do papel da coerção para controle social, mas também de defensora e garantidora dos direitos democráticos aos cidadãos, atuando no estrito cumprimento da lei, como se depreende do texto constitucional de 1988, já citado.

Nessa senda, se observou o crescimento das instituições policiais e sua profissionalização, assim como processos de seleção de pessoal por meio de concursos públicos cada vez mais concorridos, para ingresso nas diversas carreiras policiais. Pessoas que optam por empregar sua força de trabalho no serviço público policial.

No setor de serviço policial o homem reproduz sua força de trabalho, através da venda de seu esforço físico, de sua saúde, de parcela significativa de sua vida, transformada em mera mercadoria, sob a forma de trabalho assalariado (MENDES, 2003). E mais ainda, em algumas dessas instituições, a exemplo das Polícias Militares, o compromisso exigido perpassa o de entregar a sua força de trabalho, como também da promessa do sacrifício da própria vida para cumprir seu dever de proteger o cidadão e as instituições (PARANÁ, 1954).

As estimativas são de que hoje o Brasil possui quase 549 mil policiais, assim distribuídos: 15.593 policiais federais, 12.289 policiais rodoviários federais (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2020), 109.440 policiais civis e 411.241 policiais militares (BRASIL, 2020b). Não foram incluídos os dados das Guardas Municipais que atualmente

tem atuado na segurança pública municipal, nem policiais penais, por não constarem nos relatórios analisados.

O maior contingente policial encontra-se nas organizações estaduais, mais precisamente nas 27 Polícias Militares, distribuídas por todo território nacional, conforme dados obtidos na Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (BRASIL, 2020b).

As Polícias passaram a ser tratadas como uma “legítima problemática sociológica”, com seus desafios, ambiguidades e possibilidades de interpretação, ganhando espaço especial nas ciências sociais (MUNIZ et al., 2018) e também em outras ciências. Muitos desses estudos abordam a organização do trabalho, as condições de trabalho do policial e seus reflexos em âmbito individual, organizacional e social (MINAYO et al., 2008; MINAYO et al., 2011).

Mesmo diante da importância do bem jurídico segurança pública, constata-se que a classe trabalhadora do setor ainda enfrenta muitos desafios, dentre eles os altos números de vitimização de seus profissionais, decorrentes de mortes violentas intencionais e/ou suicídios, que são apresentados a seguir para compreensão do quadro atual. Buscou-se analisar a instituição policial militar, por ser a de maior número e a mais vitimada, linha de frente do sistema de segurança pública, em contato direto com a população e com a criminalidade.

Por isso, se entende como fundamental a atenção que deve ser dada ao profissional, mediante ações que visem sua Qualidade de Vida no Trabalho, pois podem contribuir com a proteção do trabalhador, com o fortalecimento das instituições e com a eficiência e eficácia do serviço público prestado à população.

Apresentaram-se, como exemplo, as iniciativas propostas com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a instituição do Plano Decenal de Segurança Pública (PDSP), em 2018, que trouxeram previsões neste sentido, as quais precisam tornar-se práticas reais.

Finalmente, buscou-se apresentar uma revisão de literatura, que utilizou de duas metodologias para a coleta de dados e seleção de portfólio bibliográfico acerca da temática Qualidade de Vida no Trabalho e as Polícias Militares do Brasil: a garimpagem manual (FREITAS; VIANA, 2018) e o *Methodi Ordinatio* (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015).

Esta revisão tem por finalidade fundamentar pesquisa científica no Mestrado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), a qual visa verificar a percepção

do policial militar do Estado do Paraná sobre a sua Qualidade de Vida no Trabalho, sob o enfoque do modelo integrador Biopsicossocial e Organizacional (BPSO) com Justiça Organizacional para o Bem-estar no serviço público (ANDRADE, 2016), para a produção de conhecimento científico relevante que venha a ser utilizado para direcionar as políticas públicas e legislação a serem implementadas no setor.

2 VITIMIZAÇÃO LETAL

A vitimização de policiais é tratada como um tabu pela sociedade e pelo Estado brasileiro em seus mais diversos entes e órgãos que ignoram por completo a realidade desses profissionais, situação constatada frente à inexistência de dados oficiais e atualizados, como por exemplo, com relação ao número de profissionais que morreram por suicídios, conforme apontam Souza e Oliveira (2019).

Apresenta-se abaixo o quadro da vitimização letal de policiais militares e civis no Brasil entre os anos de 2012 a 2019:

Quadro 1 – Vitimização de policiais estaduais no Brasil

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Políciais militares mortos em serviço	128	75	61	62	103	71	69	56	625
Políciais civis mortos em serviço	32	23	18	18	15	11	12	6	135
Políciais militares e civis mortos em serviço	160	98	79	80	118	82	81	62	760
Políciais militares mortos fora de serviço	234	267	304	242	283	257	203	101	1891
Políciais civis mortos fora de serviço	53	42	32	46	52	44	29	9	307
Políciais militares e civis mortos fora de serviço	287	309	336	288	335	301	232	110	2198
Total de mortes violentas intencionais	447	407	415	368	453	383	313	172	2958
Suicídios de policiais militares	X	X	X	X	X	53	67	65	185
Suicídios de policiais civis	X	X	X	X	X	21	26	26	73
Suicídios de policiais militares e civis	X	X	X	X	X	74	93	91	258

Fonte: Dados compilados pelo autor a partir dos Anuários de Segurança Pública referentes aos anos 2012 a 2019.

No período de oito anos analisado, foram mortos 2.958 policiais (militares e civis), uma média de 370 policiais por ano, um policial por dia, a cada ano. A média da taxa anual de policiais mortos (morte violenta intencional) é de 71,15 mortes por 100 mil policiais (civis e militares) no período acima relacionado, enquanto a de homicídios na população em geral foi de 27,8 mortes por 100 mil habitantes, em 2018 (IPEA, 2020).

O embate cada vez mais intenso com uma criminalidade organizada e equipada é uma das causas de vitimização letal em serviço, decorrente geralmente de confrontos armados. Da mesma maneira que as estatísticas demonstram um elevado número de

mortes decorrentes de intervenção policial, essas mesmas ações também resultam em óbitos dos profissionais (FBSP, 2020).

O número de mortes violentas intencionais de policiais fora de serviço são maiores que as ocorridas em serviço, o que demonstra a vulnerabilidade a que estão submetidos esses profissionais, principalmente quando não estão sob a proteção de seus equipamentos de trabalho e seus uniformes.

A maioria das polícias brasileiras não reconhece a morte de um policial de folga como um fenômeno decorrente da atividade policial, trazendo inúmeras dificuldades à família desse profissional, em busca de amparo e reconhecimento, como exemplo a morte de um policial militar que foi morar em uma escola a fim de auxiliar na segurança da unidade de ensino e foi morto por uma gangue local (MENDES, 2003).

Um dado que chamou a atenção no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 foi a constatação de que o número de suicídios de policiais em 2018 foi maior que o número de policiais mortos em serviço no mesmo período, o que se repetiu no Anuário de 2020.

Acerca das mortes decorrentes de suicídios, Miranda (2016) constatou diversos fatores que contribuem para a sua ocorrência, dentre eles a insatisfação do profissional com a instituição, relacionada a questões como a escala de trabalho, a infraestrutura, aos materiais de uso profissional, ao treinamento oferecido, à transferência de unidade sem a concordância ou aviso prévio ao policial, a falta de reconhecimento profissional (por parte dos seus superiores) e a ausência de oportunidades de ascensão na carreira, o que resulta no seu sofrimento mental e adoecimento.

Outro fator listado por Miranda (2016) é a desvalorização da sociedade em relação à atividade policial percebida e vivenciada pela categoria policial militar que investigou. Essa mesma situação é repetida por Minayo (2013), em investigação nas polícias militar e civil do Rio de Janeiro.

Essa desvalorização pode ser também resultante de uma ausência de credibilidade de que padecem os policiais em nossa sociedade, conforme Beato (2016): apenas 18% da população confia nos policiais militares e 17% nos policiais civis, o que o autor denomina de fratura de legitimidade, por serem vistos como ineficazes, incapazes de controlar o delito e, muitas vezes, responsáveis por seu cometimento ou ainda, segundo Minayo e Adorno (2013), decorrente de “uma mentalidade da nossa sociedade para quem o ser humano policial nada mais é do que um objeto instrumental de produção de segurança pública”.

Os casos de suicídio também estão relacionados às situações de riscos e vitimizações não letais vivenciadas por policiais (ameaças e insultos); ao estilo de vida do policial (a frequência de atividades físicas praticadas); aos problemas com o sono e ao baixíssimo nível de capital social, ou seja, o isolamento social em que se coloca em decorrência do risco permanente que muitos sentem (MIRANDA, 2016).

Para Minayo et al. (2011), o sofrimento físico e mental é resultante do conjunto de situações vivenciadas no cotidiano do trabalho, associando-se problemas de condições e organização ocupacional – entre eles, escasso treinamento e falta de planejamento das atividades – excessiva jornada de trabalho, pouco tempo para descanso e lazer, precárias condições materiais e técnicas, além de baixos salários.

Souza e Oliveira (2019) afirmam que o aumento significativo da taxa de suicídio dessa categoria de trabalhadores não é aleatório, e denominam o fenômeno de “retrato de uma realidade perversa mantida por políticas públicas de segurança que tratam seus agentes principais como torniquetes de um sistema falido”, isso em decorrência da carência de políticas públicas efetivas nessa área.

O quadro de vitimização letal do trabalhador confirma, entre outras coisas, a necessidade de desenvolvimento de políticas pública voltadas a Saúde do Trabalhador, entendida como um conjunto de ações destinadas à promoção, à proteção, à recuperação e à reabilitação da saúde dos trabalhadores sujeitados aos riscos e agravos provenientes das condições de trabalho, um movimento fortalecido nacionalmente com o advento da Constituição de 1988.

Nesse movimento, algumas ações em âmbito governamental começaram a ser estimuladas e pesquisas desenvolvidas, e, no ano de 2018, surgiu uma inovação legislativa, com a criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), a exemplo do que já se fizera com as áreas da Saúde, por meio da criação do SUS e com a educação, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

3 O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA

No dia 11 de junho de 2018 foi sancionada a Lei nº 13.675/18, regulamentada pelo Decreto nº 9.489/18, instituindo o SUSP e criando a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), “com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da

União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade (BRASIL, 2018a).”

A referida norma não inovou em termos de competências, mas incentiva a atuação cooperativa, sistêmica e harmônica necessária entre os órgãos de segurança pública, além dos já citados na Magna Carta, incluindo outros integrantes operacionais, conforme art. 9º da Lei nº 13.675/2018, a fim de atender às necessidades da população, no entanto ainda manteve o Poder Judiciário e Ministério Público excluídos desse sistema.

Lopes e Russo (2020) citam que o fato da Constituição Federal tratar a segurança pública como um problema estritamente policial, contribuiu para a consolidação de um pensamento fragmentado entre as agências que atuam no Ciclo de Persecução Criminal (Polícias, o Poder Judiciário, Ministério Público e Sistema Prisional), desonerando os três últimos do combate à criminalidade, o que causa importantes efeitos colaterais no sistema.

O SUSP se apresentou como uma tentativa de mudança dessa perspectiva, buscando inserir na complexa questão da segurança pública outros órgãos, a fim de existir uma atuação sistêmica, que venha atuar em torno da multidisciplinaridade das causas da criminalidade e das intervenções voltadas ao seu controle e prevenção.

Também, constatou-se importante foco da PNSPDS, nas questões relacionadas à atenção ao profissional da segurança pública, enquanto sujeito de direitos, estabelecendo importantes princípios e diretrizes como o princípio da proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública e as diretrizes da formação e capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública; o fortalecimento das instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica.

Os objetivos principais dessa política, em relação ao profissional, são de estimular a padronização da formação, da capacitação e da qualificação dos profissionais de segurança pública; a criação de mecanismos de proteção dos agentes públicos e de seus familiares; a elaboração, a execução e o monitoramento de ações nas áreas de valorização profissional, de saúde, de qualidade de vida e de segurança dos servidores.

A Lei também estabeleceu meios e instrumentos para a implementação da PNSPDS, dentre eles o Sistema Nacional de Informações e de Gestão de Segurança Pública e Defesa Social, incluindo o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap); a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp)

e o Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida).

Logo em seguida, em dezembro de 2018, foi instituído o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, com prazo de dez anos de duração, que apresentou como um de seus 15 objetivos, o de valorizar e assegurar condições de trabalho dignas aos profissionais de segurança pública e do sistema penitenciário, demonstrando a preocupação com a saúde do trabalhador policial, definindo estratégias e ações para se atingir esse objetivo, a maioria ainda não colocadas em prática.

O Plano e Política Nacional de Segurança Pública abarcam amplamente necessidades de atenção ao trabalhador policial, ações que se implementadas podem contribuir sobremaneira para redução dos números de vitimização dos trabalhadores da segurança pública, pois visam à Qualidade de Vida no Trabalho do profissional, elemento fundamental para eficiência das instituições e do Sistema de Segurança Pública.

4 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Diante dessa realidade, busca-se na pesquisa científica desenvolvida no Mestrado citado, investigar a percepção que o policial militar do Paraná tem acerca de sua Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), sob o enfoque do Modelo Integrador Biopsicossocial e Organizacional (BPSO) com Justiça Organizacional para o Bem-estar no serviço público (ANDRADE, 2016), mediante uma pesquisa quantitativa do tipo survey.

Tal modelo permite uma compreensão do trabalhador e da organização de forma holística, devido à abrangência de seus fatores em relação à QVT nos domínios biopsicossociais e organizacionais, já utilizados em outros contextos na área pública (LIMONGI-FRANÇA, 1996; 2010; ANDRADE, 2016).

Os conceitos que inspiram a operacionalização dos três construtos (Qualidade de Vida no Trabalho, Justiça Organizacional e Bem-estar) são os definidos por Andrade (2016). O construto Qualidade de Vida no Trabalho como “o conjunto das escolhas de bem-estar único e individualizado que proporciona autoestima positiva, percepção de equilíbrio, hábitos saudáveis e prontidão para o desempenho no trabalho saudável” (LIMONGI-FRANÇA, 2009, p. 275).

Por Justiça Organizacional as “concepções, percepções e reações à (in)justiça por parte dos empregados em relação às organizações em que trabalham” (ASSMAR et al., 2005, p.444), considerando a multidimensionalidade do conceito, contemplando todas as

suas perspectivas: Distributiva, Procedimental, Interacional Social/Interpessoal e Informacional (COLQUITT, 2001).

E o Bem-Estar como um construto medido do ponto de vista do indivíduo no qual “[...] este conjunto de variáveis de autopercepção deve medir a carência de Bem-Estar, o nível de tensão e as expectativas pessoais de QVT” (LIMONGI-FRANÇA, 1996, p. 249).

Para tanto, buscou-se realizar uma revisão sistemática de literatura sobre o construto Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) do policial militar no Brasil, realizando percursos metodológicos distintos. Foi realizada, inicialmente, a “garimpagem manual” (FREITAS; VIANA, 2018), técnica que permite localizar artigos e outros trabalhos que não seriam encontrados em buscas por descritores.

A fim de possibilitar maior abrangência da pesquisa, tendo em vista a proximidade conceitual entre Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho, optou-se por utilizar os dois descritores em alguns momentos da revisão. Foi consultada, primeiramente, a base de dados da SENASP, no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no qual foram encontrados 11 trabalhos com referências à Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho dos profissionais de segurança pública.

O primeiro material encontrado é datado do ano de 2005, trata das polícias estaduais do Rio de Janeiro, foi base para o livro “Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro” (MINAYO et al., 2008). As demais publicações governamentais ocorreram com maior intensidade nos anos 2010 e 2011. As últimas publicações encontradas são referentes ao ano 2016.

Após, prosseguiu-se a garimpagem em todas as edições da Revista Brasileira de Segurança Pública (2007 a 2020, 14 volumes), no qual não foram encontrados trabalhos específicos na temática QVT nos órgãos de segurança pública brasileira.

Como última etapa do percurso metodológico de revisão bibliográfica, foi utilizado o Methodi Ordinatio, uma metodologia multicritério de tomada de decisão (Multi-Criteria Decision Aid – MCDA) na seleção de artigos científicos e trabalhos para composição de um portfólio bibliográfico (PAGANI; KOVALESKI; RESENDE, 2015, 2017).

O método emprega uma equação para classificar artigos, o Index Ordinatio (InOrdinatio - IO), visando selecioná-los e classificá-los de acordo com sua relevância científica, levando em consideração o fator de impacto da revista em que o artigo foi

publicado, número de citações e ano de publicação, antes da análise sistemática. Tal metodologia foi empregada para a seleção de teses, dissertações e artigos sobre o tema.

A busca por dissertações e teses sobre a temática de QV e QVT em relação à Polícia Militar Brasileira foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBTC), pelos descritores escolhidos, isoladamente e depois suas combinações, sem limitação temporal, conforme apresentadas a seguir:

Quadro 2 - Pesquisa por descritores em base de dados de teses e dissertações

Descritores	Capas	BDTD	Pós Triagem
QV - "Qualidade de vida"	28.239	13.814	X
QVT - "Qualidade de vida no trabalho"	890	869	X
PM - "Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policia militar" OR "policiais militares"	1.365	760	X
PMPR - "Polícia Militar do Paraná"	15	9	0
"Qualidade de vida" AND "Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policia militar" OR "policiais militares"	58	39	36
"Qualidade de vida no trabalho" AND "Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policia militar" OR "policiais militares"	9	8	12

Fonte: o autor (2020).

Os três primeiros campos de descritores utilizados permitem um panorama sobre a incidência dos termos nas bases, constando-se somente os números brutos, sem qualquer triagem. Os resultados brutos encontrados foram analisados por meio da leitura dos títulos, palavras-chaves e resumos (triagem), selecionados os trabalhos relevantes para a temática. Foi encontrada somente uma dissertação que investigou a PM do Paraná (SARTORI, 2006).

Foram relacionados aos temas QV e QVT um total de 39 trabalhos (11 teses e 28 dissertações de variadas áreas do conhecimento), dos quais foram selecionadas três teses e nove dissertações (12 trabalhos), que tratavam especificamente sobre o construto QVT, classificadas conforme resultado da equação da metodologia proposta:

Quadro 3 – Teses e dissertações selecionadas

	Título	Autor	Instituição	T/D	Data	Programa	IO
1	Condições emocionais de policiais militares do interior de Minas Gerais	SOUSA, R. C.	Universidade Federal do T. Mineiro	D	2018	Psicologia	80

2	Trajatórias de carreira, comprometimento e percepção de sucesso em relação à carreira: estudos de caso com policiais militares que atuam na cidade de Belo Horizonte	ESQUARCIO, R.B.	Universidade FUMEC Belo Horizonte	D	2017	Administração	70
3	Representações sociais sobre o trabalho: um estudo da qualidade de vida no trabalho do policial militar em Aracaju/SE	MARIANO, M.S.S.	Fundação Universidade Federal De Sergipe	T	2015	Sociologia	50
4	Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano: Estudo de Caso sobre Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal	COELHO, E.F.	UnB	D	2014	Psicologia Social, do Trabalho e Das Organizações (Psto)	43
5	Avaliação da qualidade de vida no trabalho: o caso da Polícia Militar da cidade de João Pessoa - PB	MELO, M.D.S.	UFPB	D	2014	Engenharia da Produção	42
6	Avaliação da qualidade de vida dos servidores da Segurança Pública do Estado de Goiás.	IKEGAMI, T. Y.	UFGO	D	2014	Medicina Tropical E Saúde Pública	40
7	Indicadores de Bem-estar Pessoal nas Organizações: o Impacto da Percepção da Cultura, do Perfil Pessoal e de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho e de Qualidade de Vida do Trabalhador	DESSEN, M.C.	UnB	T	2010	Psicologia	10
8	S.O.S Polícia! Estresse no trabalho: estudo no Centro Integrado de Comunicações Operacionais - (atendimento de urgência 190) da Polícia Militar de Minas Gerais na região metropolitana de Belo Horizonte	REZENDE, F.S.	UFMG	D	2010	Administração	3
9	Stress: um diagnóstico dos policiais militares da cidade de Natal-Brasil	COSTA, M.A.A.	UFRN	T	2007	Ciências da Saúde	-29
10	Avaliação de Burnout em policiais militares: a relação entre o trabalho e o sofrimento	SARTORI, L.F.	UEL	D	2006	Administração	-33
11	Qualidade de vida no trabalho de policiais militares da região metropolitana do Recife	ASFORA, S.C.	UFPE	D	2004	Administração	-55
12	Comprometimento organizacional em uma instituição em mudança: o caso da Polícia Militar de Minas Gerais	FONSECA, J.A.	UFMG	D	2002	Administração	-78

Fonte: o autor (2020).

Dentre os principais achados das pesquisas pode-se citar o adoecimento de profissionais associados ao estresse, insatisfação com o trabalho e a pior percepção da saúde mental (SOUSA, 2018); muita ligação com a profissão e satisfação pelo trabalho bem realizado e pelos resultados alcançados (ESQUARCIO, 2017).

Mariano (2015) destaca a centralidade que o trabalho representa para os policiais pesquisados, faz referência à ambiguidade nas suas representações, ora indicando a falta de valorização e as injustiças no trabalho, ora ressaltando com mais evidência, que há satisfação por gostar de ser policial militar. Concluiu pela necessidade de se introduzir, nas corporações da Polícia Militar, ações voltadas para as questões da saúde e qualidade de vida no trabalho, tanto no processo de formação e discurso dos profissionais como dos gestores e da sociedade de forma geral.

Melo (2014) constatou que, na percepção dos PMs da cidade de João Pessoa, eles não estão satisfeitos com a sua qualidade de vida no trabalho, em todos os seus aspectos.

Ikegami (2014) em pesquisa com profissionais pertencentes à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, concluiu haver a necessidade de iniciativas para maior valorização dos servidores públicos, dentro e fora das instituições; a criação de programas de incentivo à prática regular de atividade física, à alimentação saudável, ao sono reparador e à necessidade do repouso e lazer.

Dessen (2010) reforça que a organização é uma das responsáveis pelo bem-estar ocupacional de seus membros. Rezende (2010) constatou que 76,5% apresentavam estresse ocupacional, apresentando sintomas de fadiga, dor nos músculos do pescoço e ombros, nervosismo, ansiedade, irritabilidade e angústia. Costa (2007) constatou a existência de (47,4%) dos policiais investigados com sintomatologia de estresse, distribuídos em todos os postos hierárquicos.

Sartori (2006) identificou que 37% dos policiais apresentaram alta Exaustão Emocional, associado com um alto nível de Despersonalização (44% dos policiais) e um baixo nível de Realização Pessoal (58% dos policiais). Verificou que as condições de trabalho no Batalhão pesquisado, ligadas principalmente às ferramentas de trabalho, estavam diretamente relacionadas à alta Exaustão Emocional e a baixa Realização Pessoal no trabalho.

Asfora (2004) revelou que o construto de QVT para a população estudada pode ser definido a partir de dez dimensões: bem-estar, internalização, respeito, emprego, decisão, valorização, benefícios, promoção, expressão e integração, e que, de forma geral, os policiais militares pesquisados apresentaram índice de satisfação geral tendendo a insatisfeito.

Como última etapa da revisão sistemática, foram pesquisados os artigos científicos, publicados entre os anos 2000 e 2020, em revistas revisadas por pares, nas

bases de dados Periódicos CAPES, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Portal BVS (Biblioteca Virtual de Saúde), utilizando os mesmos descritores anteriores:

Quadro 4 - Pesquisa por descritores para artigos das bases de dados

Descritores	Periód. Capes	Scielo	Portal BVS	Pós Triagem
"Qualidade de vida"	12.327	6.146	136.336	x
"Qualidade de vida no trabalho"	260	121	234	x
"Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policiais militares" OR "policiais militares"	1.211	201	231	x
"Polícia Militar do Paraná"	11	4	2	9
("Qualidade de vida") AND ("Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policiais militares" OR "policiais militares")	82	11	13	29
("Qualidade de vida no trabalho") AND ("Polícia Militar" OR "Polícias Militares" OR "policiais militares" OR "policiais militares")	5	1	1	4

Fonte: o autor (2020).

Com o descritor “Polícia Militar do Paraná”, após triagem, constatou-se a existência de nove artigos, entretanto nenhum deles especificamente sobre “Qualidade de Vida” ou “Qualidade de Vida no Trabalho” na referida corporação, com profissionais da atividade-fim. Pesquisaram-se as combinações (“QV” AND “PM”) e (“QVT” AND “PM”), após triagem selecionados 29 artigos, dos quais os quatro a seguir constavam no descritor QVT:

Quadro 5 – Artigos sobre QVT selecionados e classificados pelo Methodi Ordinatio

	TÍTULO	AUTOR	DATA	REVISTA	InOrdinatio
1	Estresse ocupacional em mulheres policiais	BEZERRA, C.M.; MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P.	2013	Ciência e Saúde coletiva	100,001019
2	Síndrome da disfunção da articulação temporomandibular e o estresse presente no trabalho policial: revisão integrativa	URBANI, G.; COZENDEY-SILVA, E.N.; JESUS, L.F.	2019	Ciência & Saúde Coletiva	91,001019
3	<u>Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo com policiais militares.</u>	COELHO, E.F.; et al.	2016	Psicologia: teoria e pesquisa	64
4	Qualidade de vida no trabalho: um estudo com mulheres na polícia militar	PITTS, P.F.; FERRAZ, S.B.; LIMA, T.C.B.	2014	Diálogo	41

Fonte: o autor (2020).

O primeiro artigo listado (BEZERRA et al., 2013), aborda o estresse ocupacional e problemas de saúde em mulheres policiais militares do Rio de Janeiro, não tratando especificamente do construto QVT, revelando que o estresse presente nas mulheres

policiais tem origem basicamente na questão organizacional e gerencial do trabalho e que elas relacionam o cotidiano do trabalho ao estresse, capazes de afetar relacionamento familiar, sendo necessários investimentos em ações preventivas do estresse sob a perspectiva de gênero na instituição.

O segundo artigo (URBANI et al., 2019), trata-se de uma revisão integrativa da literatura sobre estresse e a síndrome da disfunção da articulação temporomandibular (DTM), que é uma patologia decorrente do estresse relacionada às atividades dos trabalhadores policiais, confirmando a exposição da classe policial a altíssimos níveis de estresse e lista as diversas fontes estressoras presentes no trabalho policial: a pressão, responsabilidade, sobrecarga de trabalho, infraestrutura de trabalho ineficiente, risco de vida pessoal e para terceiros, ambiente autoritário, centralização de decisões, além de insatisfação com a profissão devido à baixa remuneração salarial, não reconhecimento do trabalho e o crescimento da vitimização dos trabalhadores da segurança pública (URBANI et al., 2019).

O terceiro artigo (COELHO et al., 2017), que tem origem da dissertação do mesmo autor (COELHO, 2014), trata especificamente do construto QVT e o correlaciona a Autoeficácia Geral, indicou a independência entre os construtos e afirmou que não se pode promover a QVT focando apenas no indivíduo, uma vez que, mesmo ele se percebendo muito positivamente, isso não resulta em uma melhor percepção de QVT, nem tampouco em vivências de bem-estar.

O quarto artigo (PITTS et al., 2014), também aborda o construto QVT, utiliza o modelo teórico de Walton (1973) e constatou que o nível de QVT das mulheres na Polícia Militar do Ceará está entre insatisfeito e indiferente, principalmente em relação à remuneração e oportunidades de crescimento na carreira.

Dentre os 29 artigos (QV e QVT) localizados, Maria Cecília de Souza Minayo é autora e/ou coautora em seis, nos quais discutem resultados obtidos em aprofundada pesquisa na PM do Rio de Janeiro, iniciada no ano de 2005. Minayo (2011) foi o artigo com a maior pontuação no ranking, é proveniente da referida pesquisa e analisa o adoecimento físico e mental de policiais militares e policiais civis em decorrência das atividades profissionais.

A pesquisa constatou presença de sobrepeso e obesidade em especial na Polícia Militar, existência de dores no pescoço, nas costas ou na coluna, problemas de visão, dores de cabeça e enxaquecas; lesões físicas permanentes em mais de 16% dos profissionais e elevada presença de sofrimento psíquico entre os militares. Os autores

concluíram pela necessidade de mudanças nas dimensões individual e profissional e nos aspectos institucionais referentes às condições e à organização do trabalho e dos serviços de saúde (MINAYO, 2011).

Dois artigos são relacionados ao estudo do sono (PINTO et al., 2018; CHAVES et al., 2018) que encontraram elevados níveis de má qualidade do sono nos policiais militares pesquisados. Seis artigos utilizaram uma abordagem na perspectiva do condicionamento físico (LIMA-DOS-SANTOS et al., 2018; LIMA et al., 2016; SILVA et al., 2016; SILVA et al., 2014; SILVA et al., 2012; MAZINI FILHO et al., 2012); três trataram exclusivamente sobre a mulher policial militar (BEZERRA et al., 2013; LARA et al., 2017; PITTS et al., 2014) e a recorrência de abordagem sobre saúde mental, com análises sobre estresse, sofrimento psíquico, Burnout, entre outros.

Das 27 Polícias Militares do Brasil, 19 foram estudadas em pelo menos uma pesquisa (Teses, dissertações ou artigos). As corporações que tiveram maior incidência foram as Polícias Militares de Santa Catarina (10); São Paulo (8); Rio de Janeiro (7) e Minas Gerais (7). A Polícia Militar do Paraná apareceu em somente dois estudos: um estudo acerca de Burnout em policiais militares em uma Unidade da PM (SARTORI, 2006) e outra sobre Relações de gênero na Polícia Militar por meio de narrativas de mulheres policiais (LARA et al., 2017).

Quanto aos anos de publicação, 2014 foi o que apresentou a maior quantidade de trabalhos publicados (10) e mais de 65% deles (45), se concentram entre os anos 2012 a 2018. No entanto, em 2019 foram localizados somente dois trabalhos e nenhum para o ano de 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Carta Magna prevê que a segurança pública é um dever do Estado, assim como direito e responsabilidade de todos, necessitando de uma visão sistemática para a sua consecução, mediante a eficiência dos organismos oficiais e participação social, tanto da sociedade civil organizada quanto do cidadão individualmente.

Para a eficiência dos órgãos diretamente responsáveis pela segurança pública, como as Polícias Militares, que são o órgão mais numeroso e com maior índice de vitimização, é necessária a preocupação com os profissionais que as integram. É imprescindível a discussão e ações práticas, mudanças legislativas, investimentos em inovações tecnológicas que possam melhorar a Qualidade de Vida no Trabalho do policial militar.

Alguns passos importantes foram dados a partir da criação do SUSP em 2018, mas ainda ações efetivas são necessárias. Conforme expressa Foureaux (2019) é preciso que haja, no âmbito das instituições militares estaduais, melhores condições de trabalho, com logística e recursos humanos suficientes, treinamentos constantes, melhoria salarial, bem como um tratamento de valorização dos militares perante a instituição e a sociedade.

Por meio da revisão sistemática de literatura realizada, confirma-se que o trabalho policial por si só apresenta elementos que interferem negativamente na Qualidade de Vida do trabalhador policial, que o adoecimento físico e mental é muito presente frente aos desafios impostos pela realidade diária.

Outra constatação foi de que acerca da Polícia Militar do Paraná, poucas publicações foram encontradas, mostrando um campo a ser descoberto, o qual será o objetivo da referenciada pesquisa em desenvolvimento no Mestrado, pois com conhecimento da atual realidade poderão ser propostas melhorias e sugeridas novas políticas públicas, que demandam, principalmente, de atualização legislativa e mudanças organizacionais, caminhando em direção a uma segurança pública eficiente e que responda aos anseios das comunidades.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S.M. Qualidade de vida no trabalho: proposta de um modelo integrador do BPSO com justiça organizacional para o bem-estar dos servidores públicos. Tese (Doutorado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2016.

ASFORA, S.C. Qualidade de vida no trabalho de policiais militares da região metropolitana do Recife. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

ASSMAR, E. M L. et al. Justiça Organizacional: uma revisão crítica da literatura. In: Psicologia: Reflexão e Crítica. v. 18, n. 3, p. 443-453, 2005.

BARREIRA, C.; ADORNO, S. A violência na sociedade brasileira. In: MARTINS, C. B.; MARTINS, H. H. T. S. (Orgs.). Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia. São Paulo: Anpocs, 2010. p. 303-374.

BEATO FILHO, C.; RIBEIRO, L. Discutindo a reforma das polícias no Brasil. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 4, e174-e204, out.-dez. 2016.

BEZERRA, C.M.; MINAYO, M.C.S.; CONSTANTINO, P. Estresse ocupacional em mulheres policiais. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 657-666, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm> Acesso em: 10 out. 2020.

_____. Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9489-30-agosto-2018-787126-publicacaooriginal-156311-pe.html>> Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública de 2019. Brasília: 2020. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/estudos-e-pesquisas/pesquisas-perfil-da-instituicoes-de-seguranca-publica>> Acesso em: 6 out. 2020.

CARVALHO, V.A.; SILVA, M.R.F. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011, p. 59-67.

CHAVES, M.S.R.S.; SHIMIZU, I.S. Síndrome de burnout e qualidade do sono de policiais militares do Piauí. *Rev. Bras. Med. Trab.* 2018;16(4):436-41 DOI: 10.5327/Z1679443520180286

COELHO, E. et al . Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo com policiais militares. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília , v. 32, n. spe, e32ne220, 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000500219&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2020.

COELHO, E.F. Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano: Estudo de Caso sobre Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal.